



Dossiê

República da Eslovênia

INFORMAÇÕES

POR OTAN 2011-2013

O país

Eslovênia ou Eslovênia, conhecida oficialmente como República da Eslovênia, é um país do Leste Europeu, cuja sua capital é a cidade de Liubliana. O país que faz fronteiras: a norte - pela Áustria; a leste - pela Hungria; a leste e sul - pela Croácia; e a oeste pela Itália e pelo mar Adriático. A Eslovênia esteve presente em grandes impérios como o Império Romano e do Império Bizantino e conseguiu sua independência no ano de 1991. O país era parte da Grande Iugoslávia, desintegrando-se em 1992. Atualmente, o país tem como forma de governo uma República parlamentarista. O país tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito alto de 0,87, população de 2,053 milhões de habitantes e o PIB de 51,29 bilhões USD de acordo com o Banco Mundial (2011). O País é membro da União Europeia (UE), Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), adeptos à Zona Euro e membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O país e a OTAN

A Eslovênia é um dos 28 Estados que compõe à OTAN, contudo o país não foi um dos membros fundadores da Organização - quando os Estados Unidos reuniram países do bloco capitalista para uma aliança militar e proteção em caso de ataques a esses países. A República Eslovena aprovou em março de 2003 dois referendos que afirmavam a adesão do país à União Europeia e à OTAN, onde, 60% da população apoiaram a integração do país na Organização afirmando de que a Eslovênia tem que pertencer para garantir o seu Desenvolvimento (EL PAÍS, 2003); entrando efetivamente na Organização no ano seguinte, 2004. Na entrada do país na Organização, a Eslovênia não possuía aviões de combate, e sua proteção aérea seria assegurada por aparelhos de outros países membros da Aliança. Desde então, a Eslovênia participa de forma direta em missões da OTAN, como na missão no Afeganistão, onde o país dispõe de 78 soldados.

País e sua relação com a intervenção na Líbia

A Eslovênia é um dos países apoiadores da intervenção na Líbia e defende que os direitos dos civis sejam salvaguardados, definida pela Resolução 1973 da ONU. O país se preocupa com a população da Líbia e se dispõe para que a intervenção ocorra com êxito, tendo em vista o desejo de sucesso da intervenção no território Líbio, contudo o país não adota um envolvimento militar na intervenção e dispõe de ajudas de cunho humanitário visando unicamente a dissolução do governo autoritário e ditatorial de Muamar Kadhafi que viola os direitos dos seus cidadãos e faz uso de forças militares contra os civis.

